



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Ofício Circular n.º 017/2021-CGJ

Belém, 17 de março de 2021.

Processo nº 0000860-76.2021.2.000814

A Sua Excelência o (a) Senhor (a)

Juiz (a) de Direito da Região Metropolitana de Belém e das Comarcas do Interior.

Assunto: Encaminhamento de cópia do processo nº PJeCor nº 0000860-76.2021.2.00.0814, para ciência.

Senhor (a) Juiz (a),

Cumprimentando Vossa Excelência, encaminho cópia do processo PJeCor nº 0000860-76.2021.2.00.0814, que tem por requerente o Supremo Tribunal Federal, para ciência.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Rosileide Maria da Costa Cunha', is written over the typed name.

Desembargadora **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

Corregedora-Geral de Justiça



Número: **0000860-76.2021.2.00.0814**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Geral de Justiça do PA - Capital**

Órgão julgador: **Corregedoria Geral de Justiça do Pará - Capital**

Última distribuição : **12/02/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Ato Normativo**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (REQUERENTE)	
Corregedoria da Região Metropolitana de Belém - TJPá (REQUERIDO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
265207	12/02/2021 15:38	INFORMAÇÃO	INFORMAÇÃO
265208	12/02/2021 15:38	OFÍCIO CIRCULAR 4_2021 ADPF 569	Documento de Comprovação
278466	23/02/2021 13:20	Despacho	Despacho
353319	31/03/2021 10:42	Documento Diverso	Documento Diverso
353320	31/03/2021 10:42	OF. CIRC. 017 2021 CGJ	Documento Diverso
357211	05/04/2021 14:26	Certidão	Certidão
357212	05/04/2021 14:26	MALOTE ENC. OF. CIRC. 017 2021 CGJ	Documento de Comprovação
357213	05/04/2021 14:26	MALOTE ENC. PJECOR 0000860-76.2021.2.00.0814	Documento de Comprovação

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 1002021242074

Nome original: OFÍCIO CIRCULAR 4_2021 ADPF 569.pdf

Data: 11/02/2021 17:57:04

Remetente: Edmilson Francisco Osório Secretaria Judiciária Supremo Tribunal Federal

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: OFÍCIO CIRCULAR 4_2021 ADPF 569





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 1002021242074

Nome original: OFÍCIO CIRCULAR 4_2021 ADPF 569.pdf

Data: 11/02/2021 17:57:04

Remetente:

Edmilson Francisco Osório

Secretaria Judiciária

Supremo Tribunal Federal

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: OFÍCIO CIRCULAR 4_2021 ADPF 569





Supremo Tribunal Federal

Ofício Circular nº 4/2021

Brasília, 11 de fevereiro de 2021.

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 569

Senhor Corregedor,

Comunico a Vossa Excelência os termos da decisão proferida nos autos em referência, cuja cópia segue anexa.

Solicito-lhe que adote as providências cabíveis para ciência do referido ato decisório aos juízos com os quais esse Tribunal mantenha vinculação administrativa.

Atenciosamente,

Ministro Alexandre de Moraes
Relator
Documento assinado digitalmente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 6525-DDF0-4286-9C31 e senha 04C8-8BC0-410A-B91E



Assinado eletronicamente por: AMELIA BORGES PAIVA - 12/02/2021 15:37:50
<http://corregedoria.pje.jus.br:80/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2102121537501050000000254086>
Número do documento: 2102121537501050000000254086

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 569
DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
REQTE.(S) : **PARTIDO DOS TRABALHADORES E OUTRO(A/S)**
ADV.(A/S) : **ANGELO LONGO FERRARO E OUTRO(A/S)**
INTDO.(A/S) : **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**
PROC.(A/S)(ES) : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**
INTDO.(A/S) : **CONGRESSO NACIONAL**
PROC.(A/S)(ES) : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**
INTDO.(A/S) : **JUÍZA FEDERAL DA 13ª VARA FEDERAL DE CURITIBA**
ADV.(A/S) : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**

DECISÃO

Trata-se de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cumulada com Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, proposta pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), em que se objetiva a atribuição de interpretação conforme à Constituição Federal ao art. 91, II, b, do Código Penal, bem como a declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do art. 4º, IV, da Lei Federal 12.850/2013 e do art. 7º, I e § 1º, da Lei 9.613/1998.

Eis o teor dos dispositivos questionados:

Código Penal

Art. 91 - São efeitos da condenação: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

[...]

II - a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

[...]

b) do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que



constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.

Lei 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas)

Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados:

[...]

IV - a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa;

Lei 9.613/1998 (Lei de prevenção à Lavagem de Dinheiro)

Art. 7º São efeitos da condenação, além dos previstos no Código Penal:

I - a perda, em favor da União - e dos Estados, nos casos de competência da Justiça Estadual -, de todos os bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática dos crimes previstos nesta Lei, inclusive aqueles utilizados para prestar a fiança, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé; (Redação dada pela Lei 12.683, de 2012).

Sustentam, inicialmente, que o art. 91, II, b, do Código Penal “*tem sido utilizado como pretenso fundamento para que o Ministério Público pratique os atos para os quais carece de competência, em especial, no tocante à destinação de valores provenientes de restituições e multas decorrentes de condenações criminais, colaborações premiadas, além de outras sanções análogas*”.

Defendem que “*tais atos ignoram que a União, ressalvado o direito do lesado ou terceiro de boa-fé, é a destinatária final desses recursos*”, tendo sido esse entendimento firmado pela CORTE na PET 5210/DF e PET 6890/DF.

Acrescentam que, “*a depender do contexto fático, a destinação em favor da União pode se dar tanto em razão da primeira parte do art. 91, inciso II, do*



ADPF 569 / DF

Código Penal (“perda em favor da União”) ou da segunda parte (“ressalvado o direito do lesado”), quando for a lesada, direta ou indiretamente”. E, em relação às multas aplicadas em razão dos acordos de delação premiada, que, embora não se tratem de produto ou provimento de crime, não se poderia lhes dar tratamento diverso.

Apontam como parâmetro constitucional para a interpretação do art. 91, II, b, do Código Penal, os princípios da moralidade pública e da legalidade (CF, art. 37, *caput* e §4º), bem como a separação dos Poderes (CF, art. 2º). Isso porque careceria de legalidade *“a iniciativa do Ministério Público de se impor como sujeito competente para deliberar sobre a destinação dos mencionados recursos. E, para além da legalidade estrita, a iniciativa de usurpar as competências dos Poderes da União também é contrária à moralidade administrativa”*.

Destacam que, não obstante as funções institucionais do Ministério Público não se limitem às previsões constitucionais, devem estar todas previstas em texto legal e, portanto, *“não pode o Ministério Público tomar parte naquilo que a lei não lhe reserva”*.

Por tais razões, pleiteiam a atribuição de interpretação conforme a Constituição aos dispositivos mencionados, para *“declarar inconstitucional a hipótese interpretativa de que esta perda em favor da União pode ter sua destinação vinculada, estabelecida ou determinada pelo Ministério Público mediante proposta enviada ao Juízo, ou por termos de acordo firmado entre o Parquet e responsável pagador”*.

De outro lado, no tocante ao objeto da ADI, asseveram os Requerentes que o art. 4º, IV, da Lei 12.850/2013, *“embora discipline que uma das consequências necessárias do acordo de delação seja ‘a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa’, não contempla previsão expressa sobre poderes para definir destinação específica desses ativos. Assim, a interpretação de que o Ministério Público poderia “também dispor sobre a destinação dos valores fruto de crime recuperados, ou mesmo multas indenizatórias de caráter penal e sanções análogas” seria inconstitucional, dado que a aplicação desses recursos caberia apenas às autoridades e órgãos constitucionalmente*



ADPF 569 / DF

competentes para lidar com o orçamento público.

Alegam, no que diz respeito ao art. 7º, I e §1º, da Lei 9.613/98, que o mesmo “determina ser competência da União e dos Estados destinar os valores, bens e direitos recuperados pela decisão condenatória pelo crime de lavagem de dinheiro, de modo que o uso desses ativos, por parte dos órgãos que cuidam da prevenção, combate, da ação e do julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro, deverá ser precedida, por conseguinte, de deliberação da União e dos Estados – e não instituída a requerimento judicial ou por acordo do Ministério Público”.

Desse modo, a perda em favor da União não pode ter sua destinação vinculada, estabelecida ou determinada pelo Ministério Público mediante proposta enviada ao Juízo, ou por termo de acordo firmado entre o Parquet e o responsável pagador. Tampouco pode o Parquet o induzir ou impor a constituição de fundo ou fundação – que cabe a ele fiscalizar – ou, até mesmo, ocupar cadeira na instituição ou órgão de gestão destes.

Argumentam, por fim, que o legislador ordinário, por seu turno, na oportunidade em que editou norma sobre a recuperação de valores, bens e direitos definiu a competência da União e dos Estados, e não do Ministério Público, de modo que toda e qualquer atuação em sentido contrário configura, além de invasão de competência, grave violação ao art. 129, inciso IX, assim como ao Princípio da Legalidade e da Moralidade previstos no art. 37, caput, ambos da Constituição da República.

*Nesses termos, requerem, cautelarmente e no mérito, no âmbito da ADPF, **(a)** a atribuição de interpretação conforme a Constituição ao art. 91, II, b, do CP, de modo a declarar que cabe à União a destinação de valores referentes a restituições, multas e sanções análogas, ressalvado o direito do lesado e do terceiro de boa-fé, decorrentes de condenações criminais, colaborações premiadas e aqueles frutos de repatriação ou de multas oriundas de acordos celebrados no Brasil ou no exterior, não cabendo a eleição de critério discricionário pelo Ministério Público para tal finalidade; e, no âmbito da ADI, a declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto **(b)** do art. 4, inciso IV, da Lei 12.850/2013, para declarar inconstitucional a hipótese de competência do Ministério Público para eleição de critério discricionário na destinação de valores oriundos de crimes, de multas penais e de sanções análogas,*



ADPF 569 / DF

seja por requerimento ao Juízo ou na hipótese de acordo extrajudicial, porquanto competência concorrente apenas da União, dos Estados e do Distrito Federal; e (c) do art. 7º, I e §1º, da Lei 9.613/1998, para declarar inconstitucional a hipótese de eleição discricionária pelo Ministério Público da destinação de valores referentes a restituições, multas e sanções análogas, decorrentes de condenações criminais, colaborações premiadas e aqueles frutos de repatriação ou de multas oriundas de acordos celebrados no Brasil ou no exterior.

Postulam, ainda, em sede de cautelar, (a) a suspensão de *Acordo de Assunção de Compromissos* homologados pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, relacionado ao *Non Prosecution Agreement* firmado entre a Petrobras e autoridades norteamericanas e o (b) bloqueio dos vultosos valores depositados naquele Juízo em cumprimento ao acordo.

Em 14/03/2019, ante a ausência de instrumento de procuração para outorga de poderes de representação aos advogados que subscrevem a petição inicial bem como dos atos constitutivos do PDT, proferi despacho determinando, na forma do art. 76 do Código de Processo Civil, a intimação dos Partidos requerentes para que promovessem a regularização da representação processual, no prazo de 5 dias (e-Doc. 13), o que foi atendido (Petição STF 15.615/2019, e-Doc. 14 e seguintes). Nesta oportunidade, observei que, quanto ao pedido de medida cautelar formulado em caráter de urgência, o mesmo objeto já tinha sido apreciado nos autos da ADPF 568 e da Rcl 33.667.

Em 28/03/2019, proferi novo despacho adotando o rito do art. 5º, §2º, da Lei 9.882/1999, determinando a solicitação de informações definitivas a serem prestadas pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional bem como conferindo vista dos autos ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República. Requisitei, ainda, informações adicionais, na forma do art. 6º, § 1º, da Lei 9.882/1999, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, à Procuradoria-Geral da República, aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal, aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e aos Tribunais Regionais Federais, sobre a destinação de valores apurados em razão de multas, restituições e outras



ADPF 569 / DF

sanções, quando decorrentes de condenações criminais, acordos de colaboração premiada, repatriação de recursos, ou situações dessa natureza, nos termos discutidos na petição inicial da presente ADPF (eDoc. 20).

Em 04/04/2019, determinei a expedição de ofício ao Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba para prestação de informações sobre o *Termo de Acordo de Leniência* celebrado pelo Ministério Público Federal (Força-Tarefa Operação Lava Jato) e pela Odebrecht S.A., cujo objeto envolveria o pagamento de vultosa quantia pela Companhia em decorrência de práticas ilícitas (eDoc. 21).

Em 05/05/2019, determinei a expedição de ofício também à Procuradora-Geral da República, para que informasse se tem conhecimento dos termos do referido ajuste, bem como de sua execução (eDoc. 26).

Vieram aos autos as manifestações e pareceres do Senado Federal (eDoc. 111), do Presidente da República (eDoc. 113), da Câmara dos Deputados (eDoc. 149), do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República, bem como diversos ofícios enviados pelos diversos Juízos e órgãos persecutórios, em atenção ao despacho em que foram solicitadas informações sobre a destinação de valores apurados em razão de multas, restituições e outras sanções, quando decorrentes de condenações criminais, acordos de colaboração premiada, repatriação de recursos, ou situações dessa natureza.

Em 13/7/2020, o Advogado-Geral da União (eDoc. 257, Pet. STF 54372/2020), de modo convergente ao sustentado pelos Requerentes, apresentou informações a respeito da reiterada ocorrência de decisões judiciais que, no contexto da mobilização social para o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (Covid-19) disponibilizam à União recursos oriundos de acordos de leniência e colaboração premiada, sob condição de que esses recursos sejam utilizados em finalidades específicas. Transcrevo:

Entretanto, o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, amparando-se em normas processuais penais, tem atendido a



ADPF 569 / DF

pedidos do Ministério Público Federal no sentido de vincular a destinação de verbas oriundas de acordos de colaboração premiada.

Por exemplo, na Representação Criminal nº 5025605-98.2016.4.04.7000/PR (ANEXO I), o Juízo, rejeitando argumentação da Petrobras em sentido contrário, entende ser “válida a destinação à União, independentemente da vítima que seja identificada nos acordos de colaboração, dos valores expressamente destinados aos órgãos federais de que trata o art. 7º, § 1º, da Lei nº 9.613/98”.

Porém, considerando a ausência de regulamentação do dispositivo, e tendo em vista o cenário pandêmico, não se limita a determinar o ingresso dos recursos na Conta Única do Tesouro, mas vai além, para impelir a União a aplicar as verbas nas ações de combate à Covid-19. Esse posicionamento, como revela o evento nº 198 do referido processo (ANEXO II), atendeu a pedido do Ministério Público Federal.

O Juízo, assim, realiza uma espécie de “oferta” dos recursos ao Governo Federal, para a utilização no combate à pandemia de Covid-19, com a expedição de ofício nos seguintes termos:

3.1 informando sobre a disponibilidade de valores depositados neste juízo de R\$ 21.681.374,13, mas que podem chegar a até R\$ 508.785.381,95 9, para destinação ao enfrentamento à pandemia de Covid-19;

3.2 solicitando que sejam indicados órgãos ou instituições públicos ou hospitais e entidades conveniados com o poder público nos quais os valores poderão ser melhor utilizados para a finalidade;

3.3 solicitando que, no caso de indicação de órgãos vinculados ao Orçamento-Geral da União, seja informado sobre as condições necessárias para a destinação dos recursos exclusivamente nas ações de combate ao coronavírus neste exercício financeiro e nos seguintes, até o completo exaurimento dos valores destinados, inclusive



ADPF 569 / DF

com a edição de medida provisória ou lei para a abertura dos respectivos créditos extraordinários a partir da aludida receita.

Percebe-se, dessa maneira, que o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba não se restringe a realizar a destinação dos recursos ao ente próprio – que, como reconhecido pela decisão, é a União –, mas pretende imiscuir-se na forma de aplicação e execução de verbas públicas, o que, como se argumentará a seguir, não é sua atribuição e viola a sistemática constitucional orçamentária.

Além disso, ao condicionar a transferência dos recursos, inclusive, à informação de edição de medidas provisórias ou leis, o juízo comporta-se como se fosse sua faculdade realizar o referido repasse à União, apenas caso as condições que impôs, a requerimento do Ministério Público, sejam atendidas. Contudo, ao contrário do que indica o referido pronunciamento judicial, a única destinação legalmente possível é a Conta Única do Tesouro.

Em vista dessas circunstâncias, a Advocacia-Geral da União apresenta requerimentos pela concessão de medida que determine: (a) *“que cabe à União a destinação de valores referentes a restituições, multas e sanções análogas decorrentes de condenações criminais, colaborações premiadas ou outros acordos realizados no âmbito do microsistema de combate à corrupção, desde que não haja vinculação legal expressa e ressalvado o direito de demais entidades lesadas”*; (b) *“que não pode o Poder Judiciário, a requerimento do Ministério Público, conferir destinação vinculada não prevista em lei a verbas oriundas das referidas avenças, com base em interpretação inconstitucional dos dispositivos que são objeto da presente arguição e, conseqüentemente, de forma específica”*; e, de modo mais específico, (c) *“a destinação das verbas discriminadas nas decisões proferidas na Petição nº 5022000-13.2017.4.04.7000/PR e na Representação Criminal nº 5025605-98.2016.4.04.7000/PR, ambas em curso na 13ª Vara Federal de Curitiba, à Conta Única do Tesouro Nacional, a fim de que possam ser executadas conforme as normas de direito financeiro aplicáveis à espécie”*.

É a síntese do necessário.



ADPF 569 / DF

Decido.

Ressalto, inicialmente, o pleno cabimento da presente Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental.

A ADPF sempre será cabível quando não existir, para a hipótese *in concreto*, qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade, estando observado o princípio da subsidiariedade desde que, *ab initio*, verificar-se a inutilidade e ineficiência das vias judiciais ordinárias para a preservação dos preceitos fundamentais desrespeitados (ADPF 186/DF, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI; ADPF 13-1, Rel. Min. ILMAR GALVÃO; ADPF 15-7/PA, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA), como verificado na presente hipótese.

Assim, atendido o requisito da subsidiariedade, conheço da presente arguição, uma vez que proposta por autoridade dotada de legitimidade ativa para a promoção de ações de controle concentrado de constitucionalidade, além de estar suficientemente instruída e com a indicação dos preceitos tidos por violados, com as especificações do pedido.

A concessão de medida cautelar nas ações de jurisdição constitucional concentrada exige a comprovação de perigo de lesão irreparável (IVES GANDRA MARTINS, Repertório IOB de jurisprudência, n 8/95, p. 150/154, abr. 1995), uma vez que se trata de exceção ao princípio segundo o qual os atos normativos são presumidamente constitucionais (ADI 1.155-3/DF, Pleno, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJ de 18/5/2001). Conforme ensinamento de PAULO BROSSARD, segundo axioma incontroverso, a lei se presume constitucional, porque elaborada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo, isto é, por dois dos três poderes, situados no mesmo plano que o Judiciário (A constituição e as leis a ela anterior es. Arquivo Ministério da Justiça. Brasília, 45 (180), jul./dez. 1992. p. 139).

A análise dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, para sua concessão, admite maior discricionariedade por parte do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com a realização de verdadeiro juízo



ADPF 569 / DF

de conveniência política da suspensão da eficácia (ADI 3.401 MC, Rel. Min. GILMAR MENDES, Pleno, decisão em 3/2/2005), pelo qual deverá ser verificada a conveniência da suspensão cautelar da lei impugnada (ADI 425 MC, Rel. Min. PAULO BROSSARD, Pleno, decisão em 4/4/1991; ADI 467 MC, Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI, Pleno, decisão em 3/4/1991), permitindo, dessa forma, uma maior subjetividade na análise da relevância do tema, bem assim em juízo de conveniência, ditado pela gravidade que envolve a discussão (ADI 490 MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno, decisão em 6/12/1990; ADI 508 MC, Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI, Pleno, decisão em 16/4/1991), bem como da plausibilidade inequívoca e dos evidentes riscos sociais ou individuais, de várias ordens, que a execução provisória da lei questionada gera imediatamente (ADI 474 MC, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Pleno, decisão em 4/4/1991), ou, ainda, das prováveis repercussões pela manutenção da eficácia do ato impugnado (ADI 718 MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno, decisão em 3/8/1992), da relevância da questão constitucional (ADI 804 MC, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Pleno, decisão em 27/11/1992) e da relevância da fundamentação da arguição de inconstitucionalidade, além da ocorrência de *periculum in mora*, tais os entraves à atividade econômica (ADI 173 MC, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Pleno, decisão em 9/3/1990), social ou político.

Na hipótese em análise, a providência cautelar pleiteada pelos Requerentes, naquilo em que tratava de valores apurados junto ao Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, foi contemplada pela decisão monocrática proferida nos autos da ADPF 568 e da Rcl 33.667.

Em razão disso, houve a possibilidade que a ADPF seguisse seu rito regular, com a coleta de manifestações, pareceres e informações úteis ao julgamento definitivo do mérito.

No entanto, informações trazidas aos autos sobre fatos supervenientes, em especial o informado pela Advocacia-Geral da União (eDoc. 257), indicam, em sede de cognição sumária fundada em juízo de probabilidade, a presença atual dos necessários *fumus boni juris* e *periculum in mora*, que autorizam e recomendam o implemento de medida



ADPF 569 / DF

que coíba a destinação ou vinculação indevida de recursos públicos por órgãos ou autoridades sem competência constitucional para tanto.

Os pedidos nesta ADPF centram-se na alegada extrapolação, por parte do Ministério Público, de suas atribuições legais no tocante à destinação dos recursos provenientes de condenações judiciais, nos termos dos dispositivos apontados na inicial.

De fato, a instrução da presente Arguição até o momento milita em favor do relato apresentado pelos Requerentes, conforme se depreende dos ofícios enviados pelos diversos tribunais de primeira instância, em atenção ao despacho em que foram solicitadas informações sobre a destinação de valores apurados em razão de multas, restituições e outras sanções, quando decorrentes de condenações criminais, acordos de colaboração premiada, repatriação de recursos, ou situações dessa natureza, nos termos discutidos na petição inicial da presente ADPF.

A título de exemplo, destaco:

a) Petição 20892/2019 (eDoc 110) – Subseção Judiciária de Viçosa/MG: *“Valores oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária (pena restritiva de direitos) em substituição à prisão: ... o saldo será destinado à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que atendam às áreas vitais de relevante cunho social, tudo nos termos da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça”*.

b) Petição 21682/2019 (eDoc 115) – Tribunal de Justiça da Bahia - Provimento CGJ 11/2012: *“Art. 1º O recolhimento dos valores oriundos da pena de prestação pecuniária observará as seguintes formas: (...) Art. 3º Os valores referidos nos artigos anteriores, quando depositados em conta judicial, desde que não destinados às vítimas ou aos seus dependentes, serão, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da*



ADPF 569 / DF

unidade gestora, priorizando-se o repasse desses valores aos beneficiários que: I - Mantenham, por maior tempo, um número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública; II - Atuem diretamente na execução penal, na assistência à ressocialização de apenados, e na assistência às vítimas de crimes e para prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade; III - Prestem serviços de maior relevância social; IV - Apresentem projetos com viabilidade de implementação segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas. Parágrafo único. É proibida a escolha arbitrária e aleatória da entidade, devendo ser motivada a decisão do Juiz que legitimar o respectivo ingresso dela entre os beneficiários do Órgão Jurisdicional”.

c) Petição 20550/2019 (eDoc 104) – Subseção Judiciária de Varginha/MG: *“Em resposta ao ofícios eletrônico 3780/2019, expedido nos autos da ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 569, informo a Vossa Excelência que os valores decorrentes de condenações criminais, de propostas de suspensão condicional do processo ou de transação penal são destinados a entidades beneficentes cadastradas perante esta 1ª Vara Federal e 1º Juizado Especial Federal Adjunto de Varginha/MG”.*

d) Petição 22388/2019 (eDoc 128) – Manifestação da Diretoria do Foro da Seção Judiciária de São Paulo: *“Fórum de Andradina: Quanto às penas pecuniárias, oriundas da substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, estas são depositadas na conta única vinculada a este Juízo, nos termos das Resoluções nº 154/2012, do CNJ e 265/2014, do CJF, para custeio de projetos subscritos por instituições públicas ou privadas com finalidade social e sem fins lucrativos nas áreas de assistência social, educação, cultura, esportes, saúde e segurança pública dos municípios que fazem parte da jurisdição desta Subseção Judiciária”; “Fórum de Assis: Quanto às penas pecuniárias, oriundas da substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, estas são depositadas na conta única vinculada a este Juízo, nos termos das*



Resoluções nº 154/2012, do CNJ e 265/2014, do CJF, para custeio de projetos subscritos por instituições públicas ou privadas com finalidade social e sem fins lucrativos nas áreas de assistência social, educação, cultura, esportes, saúde e segurança pública dos municípios que fazem parte da jurisdição desta Subseção Judiciária”; “Fórum de Barretos: Quanto às penas pecuniárias, oriundas da substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, bem como os valores decorrentes da suspensão condicional do processo, informo que as quantias são depositadas nos autos, em conta vinculada a cada um dos processos, até o término do cumprimento da pena ou do período de prova, para oportuna destinação, nos termos das Resoluções nº 154/2012, do CNJ e 265/2014, do CJF. Eventualmente, o valor decorrente da prestação pecuniária é revertida à União Federal ou à Anatel”; “Fórum de Osasco: As penas pecuniárias decorrentes da substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos são destinadas ao custeio de projetos subscritos por instituições públicas ou privadas com finalidade social e sem fins lucrativos dos municípios integrantes desta 30ª Subseção Judiciária (Osasco, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes e Itapeverica da Serra), na forma do artigo 45, §1º, do Código Penal”; “Fórum de Presidente Prudente: Quanto aos valores relacionados às penas pecuniárias, oriundas da substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos, bem como os valores decorrentes da suspensão condicional do processo, estes são destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - GEPAC, encarregado de distribuir os recursos aos projetos e entidades cadastradas, sob supervisão do Juizado e Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude desta cidade”.

e) Petição 28644/2019 – Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Roraima: “1ª Vara: Os valores decorrentes de condenações criminais sursis (prestação pecuniária) estavam sendo doados para instituições sociais/caridade como casa do Vovó, Abrigo Pedra Pintada, Associação Beneficente ao Portador do Câncer, Fazenda Esperança (programa voltado a recuperação de dependentes químicos), etc.”.



ADPF 569 / DF

f) Petição 52720/2019 – Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro: “*Em resposta ao Ofício Eletrônico 3771/2019-ADPF 569 TJRJ, conforme assunto em referência, informo a Vossa Excelência que todos os valores apurados em razão de multas, substituições e outras sanções, quando decorrentes de condenações criminais, acordos de colaboração premiadas, repatriação de recursos ou situações dessa natureza, são administrados pela Comissão de Aplicação dos Recursos da Prestação Pecuniária – COAPP, de acordo com o Ato Executivo TJ/RJ nº 1453/2014, a qual seleciona as instituições beneficiadas, através de Edital, para recebimento das verbas*”.

Em que pesem as boas intenções de Magistrados e membros do Ministério Público ao pretender destinar verbas resultantes de sanções criminais para projetos sociais e comunitários – e para o enfrentamento à grave crise de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus –, devem ser respeitados os limites estabelecidos pela Constituição Federal, notadamente aqueles fixados no art. 129, bem como a expressa atribuição ao Congresso Nacional para deliberar sobre a destinação das receitas públicas (art. 48, inciso II).

As garantias constitucionais previstas aos poderes de Estado e à Magistratura e Ministério Público, em especial – entre elas a autonomia financeira e as incompatibilidades ou garantias de imparcialidade dos membros – são instrumentos para perpetuidade da divisão independente e harmônica entre eles, e, igualmente, defendem a efetividade dos direitos fundamentais e a própria perpetuidade do regime democrático.

O Poder Judiciário e o Ministério Público têm autogoverno e autonomia financeira, devendo elaborar suas respectivas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, cabendo ao Poder Executivo realizar os ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

Conforme me manifestei nos autos da ADPF 568, a autonomia financeira concedida pela Constituição ao Poder Judiciário e ao Ministério



ADPF 569 / DF

Público representa garantia institucional de duplo aspecto, pois, por um lado, garante que as atividades institucionais desses órgãos sejam financiadas por impositivo constitucional e legal; e, por outro, impede que o financiamento dos mesmos ocorra à margem da legalidade e do orçamento público, comprometendo sua independência institucional.

Assim, as receitas oriundas de acordos de natureza penal, como toda e qualquer receita pública, devem, ao ingressar nos cofres públicos da União, ter a sua destinação a uma específica ação governamental definida por lei orçamentária editada pelo Congresso Nacional, em conformidade com os princípios da unidade e da universalidade orçamentárias (arts. 165 e 167 da CF).

Por evidente, incorre na mesma inconstitucionalidade a transferência condicionada de recursos pelo órgão jurisdicional ao Tesouro.

Merece ser destacado que a homologação de *Acordo sobre Destinação de Valores* nos autos da ADPF 568 não constitui precedente em favor da possibilidade de que órgão judiciário determine a alocação ou vinculação de recursos públicos, pela singela razão de que a excepcional resolução da questão, naqueles autos, dependeu da efetiva participação de todos os Poderes, órgãos e autoridades com competência constitucional para a alocação de receitas públicas. E, em última análise, a destinação ali acordada somente se tornou efetiva com a aprovação dos atos normativos apropriados pelo Congresso Nacional.

Portanto, as condutas de órgãos e autoridades públicas noticiadas na presente ação, consistentes em (a) definir a alocação de recursos públicos *sponte propria* e sem autorização legal, ou (b) condicionar a transferência desses recursos ao erário à posterior vinculação em ações governamentais específicas, estão em flagrante desrespeito aos preceitos fundamentais da separação de poderes, às garantias institucionais do Ministério Público e às normas constitucionais e legais de Direito Orçamentário e Financeiro.

Diante desse quadro, com relação ao pedido cautelar, mediante os esclarecimentos trazidos aos autos pelos inúmeros órgãos instados a se manifestar e – notadamente – a própria literalidade dos dispositivos questionados em que se verifica a “*perda em favor da UNIÃO*”, ou seja, que



ADPF 569 / DF

nos termos da legislação brasileira, define sua natureza como “*receita pública*”, com a conseqüente e inexorável atração da incidência das regras constitucionais de Direito Financeiro e Orçamento Público, em especial os princípios da unidade e universalidade orçamentária (art. 165, § 5º, da CF), da unidade de caixa (art. 164, § 3º, da CF) e da própria competência constitucional do Congresso Nacional para deliberar sobre orçamento público (art. 48, I e II, da CF), verifico, em sede de cognição sumária, presentes os requisitos necessários para a concessão da tutela pleiteada, bem como da plausibilidade inequívoca e dos evidentes riscos ao interesse público, de várias ordens, da relevância da questão constitucional e da relevância da fundamentação da arguição de inconstitucionalidade.

Diante de todo o exposto, CONCEDO A MEDIDA CAUTELAR postulada na presente ADPF, *ad referendum* do Plenário, para, com base no art. 5º, § 3º, da Lei 9.882/1999, DETERMINAR que os valores ou bens provenientes dos efeitos da condenação criminal ou de acordos observem os estritos termos do art. 91 do Código Penal, do inciso IV do art. 4º da Lei 12850/13 e do inciso I do art. 7º da Lei 9613/98; CABENDO À UNIÃO a destinação de valores referentes a restituições, multas e sanções análogas decorrentes de condenações criminais, colaborações premiadas ou outros acordos realizados, desde que não haja vinculação legal expressa e ressalvado o direito de demais entidades lesadas; VEDANDO-SE que seus montantes sejam distribuídos de maneira vinculada, estabelecida ou determinada pelo Ministério Público, por termos de acordo firmado entre este e o responsável pagador, ou por determinação do órgão jurisdicional em que tramitam esses procedimentos.

Conforme requerido pela Advocacia-Geral da União (eDoc. 257), tal decisão se aplica às verbas discriminadas nas decisões proferidas pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR (Petição 5022000-13.2017.4.04.7000 e Representação Criminal 5025605- 98.2016.4.04.7000).

Oficie-se os Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais



ADPF 569 / DF

Federais, Tribunais de Justiça dos Estados e Tribunais de Justiça Militar dando-lhes ciência da presente decisão, solicitando que deem conhecimento a todos os magistrados à eles vinculados.

Oficie-se, igualmente, o Procurador Geral da República, os Procuradores Gerais de Justiça e os Corregedores dos Ministérios Públicos Federal, Militar e Estaduais para, igualmente, darem ciência da presente decisão aos membros do Ministério Público.

Oficie-se, ainda, os Presidentes e Corregedores do CNJ e CNMP, dando-lhes ciência da presente decisão.

Publique-se.

Brasília, 10 de fevereiro de 2021.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

Documento assinado digitalmente





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000860-76.2021.2.00.0814
REQUERENTE: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

DECISÃO/2021-CGJ

Trata-se de expediente encaminhado a esta Corregedoria pelo Ministro Alexandre de Moraes, por meio do qual comunica os termos da decisão proferida nos autos de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 569.

Da leitura do presente expediente, observa-se tratar-se de mero encaminhamento para conhecimento, pelo que esta Corregedoria manifesta sua ciência e, ato contínuo, determina seja expedido ofício circular a todos os Juízes de Direito vinculados a este Órgão Correcional, com remessa de cópia dos autos, para ciência e providências.

Após, **ARQUIVE-SE.**

À Secretaria para os devidos fins.

Belém (PA), data da assinatura eletrônica.

Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
Corregedora-Geral de Justiça

A06



OFÍCIO CIRCULAR Nº017/2021-CGJ





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Ofício Circular n.º 017/2021-CGJ

Belém, 17 de março de 2021.

Processo n.º 0000860-76.2021.2.000814

A Sua Excelência o (a) Senhor (a)

Juiz (a) de Direito da Região Metropolitana de Belém e das Comarcas do Interior.

Assunto: Encaminhamento de cópia do processo n.º PJeCor n.º 0000860-76.2021.2.00.0814, para ciência.

Senhor (a) Juiz (a),

Cumprimentando Vossa Excelência, encaminho cópia do processo PJeCor n.º 0000860-76.2021.2.00.0814, que tem por requerente o Supremo Tribunal Federal, para ciência.

Atenciosamente,

Desembargadora **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

Corregedora-Geral de Justiça





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

CERTIDÃO

0000860-76.2021.2.00.0814

Certifico, que o Ofício Circular nº 017/2021-CJCI foi encaminhado em 02.02.2021, via malote digital, às todos os Juízes de Direito vinculados Corregedoria-Geral (vide anexos), com a cópia integral dos presentes autos, para conhecimento e fins devidos.

Certifico, que após ter efetuado as devidas comunicações, em cumprimento à decisão constante nos presentes autos, procedo ao arquivamento deste feito. O referido é verdade e dou fé.

Belém, PA, datado pelo sistema

Lorena Silva de Jesus
Chefe de Divisão – Divisão Administrativa da CJCI





Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 05/04/2021 às 14:20

RECIBO DE ENVIO

Documento: OF. CIRC. 017 2021 CGJ.pdf

Código de rastreabilidade: 81420211397150

Remetente: CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
LORENA SILVA DE JESUS

Data de Envio: 05/04/2021 14:15:28

Assunto: ENCAMINHO A V. EXA. OFÍCIO CIRCULAR 017/2021-CGJ E CÓPIA INTEGRAL DO PJECOR 0000860-76.2021.2.00.0814 PARA CONHECIMENTO E FINS DEVIDOS.

Destinatários	Data Leitura	Lido Por
VARA UNICA DE TAILANDIA (TJPA)		
VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE MARABÁ (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES (TJPA)		
VARA UNICA DE MONTE ALEGRE (TJPA)		
VARA UNICA DE PEIXE-BOI (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE CAPANEMA (TJPA)		
VARA UNICA DE PORTO DE MOZ (TJPA)		
CENTRAL DE MANDADOS DE MARABÁ (TJPA)		
4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA (TJPA)		
3ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO (TJPA)		
VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA (TJPA)		
11ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE XINGUARA (TJPA)		
SECRETARIA DA VARA CÍVEL E CRIMINAL DISTRITAL DE MOSQUEIRO (TJPA)		
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BREVES (TJPA)		
VARA AGRÁRIA DE REDENÇÃO (TJPA)		
1ª VARA DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA (TJPA)		
3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA (TJPA)		
CEJUSC - CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (TJPA)		
VARA UNICA DE SOURE (TJPA)		
VARA CRIMINAL DE CAPANEMA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE OURILÂNDIA DO NORTE (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL (TJPA)		
DIRETORIA DO FÓRUM DE PARAGOMINAS (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E PENAL (TJPA)		
GABINETE DO JUIZO - 1ª VARA (TJPA)		
VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO - ALMEIRIM (TJPA)		
5ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SALINÓPOLIS (TJPA)		
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DISTRITAL DE ICOARACI (TJPA)		
VARA CRIMINAL DE BENEVIDES (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL (TJPA)		
VARA ÚNICA DE SANTA LUZIA DO PARÁ (TJPA)		
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL/CRIMINAL DO IDOSO DE BELEM (TJPA)		
3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUPEBAS (TJPA)		
CENTRAL DE PROTOCOLOS DE XINGUARA (TJPA)		
3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM (TJPA)		
VARA UNICA DE DOM ELIZEU (TJPA)		
VARA UNICA DE IRITUJIA (TJPA)		
VARA UNICA DE ACARA (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ (TJPA)		
3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES (TJPA)		
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MUANÁ (TJPA)		
2ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE TUCURUÍ (TJPA)		
3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL PENAL DE ALTAMIRA (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CASTANHAL (TJPA)		
VARA UNICA DE ORIXIMINA (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTAMIRA (TJPA)		



Destinatários	Data Leitura	Lido Por
VARA CRIMINAL DE NOVO PROGRESSO (TJPA)		
VARA UNICA DE JACUNDA (TJPA)		
VARA UNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO (TJPA)		
3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ALTAMIRA (TJPA)		
VARA UNICA DE IGARAPE MIRI (TJPA)		
SECRETARIA DO FÓRUM DE ITAITUBA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE CONCÓRDIA DO PARÁ (TJPA)		
2ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
VARA UNICA DE SANTAREM NOVO (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA (TJPA)		
VARA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER DE SANTARÉM (TJPA)		
CENTRAL DE MANDADOS DE PARAGOMINAS (TJPA)		
VARA AGRÁRIA DE MARABÁ (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA (TJPA)		
CARTORIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DO MUNICIPIO DE QUATIPURU (TJPA)		
VARA ÚNICA DE GOIANÉSIA (TJPA)		
VARA UNICA DE MOJU (TJPA)		
VARA UNICA DE VISEU (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BRAGANÇA (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL (TJPA)		
2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA (TJPA)		
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DE SANTARÉM (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL (TJPA)		
1ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA (TJPA)		
1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA (TJPA)		
VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA (TJPA)		
1ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA (TJPA)		
CAM. ESPEC. REUNIDA CRIMINAL (TJPA)		
VARA UNICA DE CURUÇA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE OEIRAS DO PARÁ (TJPA)		
13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL (TJPA)		
VARA UNICA DE CAPITAO POCO (TJPA)		
VARA DO TERMO DE ABEL FIGUEIREDO (TJPA)		
VARA ÚNICA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS (TJPA)		
1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL (TJPA)		
VARA UNICA DE ULIANOPOLIS (TJPA)		
CENTRAL DE PROTOCOLO DE NOVO PROGRESSO (TJPA)		
3ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA (TJPA)		
3ª VARA DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA (TJPA)		
VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS (TJPA)		
2ª VARA CIVEL E PENAL (TJPA)		
3ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM (TJPA)		
CENTRO JUDICIAL DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS DE PARAUAPEBAS (TJPA)		
CENTRAL DE PROTOCOLOS DE BARCARENA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE FARO (TJPA)		
VARA UNICA DE CACHOEIRA DO ARARI (TJPA)		
DIRETORIA DO FÓRUM DE PARAUAPEBAS (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ITAITUBA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE ALMEIRIM (TJPA)		
2ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM (TJPA)		
VARA UNICA DE PACAJA (TJPA)		
VARA UNICA DE ÓBIDOS (TJPA)		
VARA UNICA DE NOVO REPARTIMENTO (TJPA)		
VARA UNICA DE MARACANA (TJPA)		
VARA UNICA DE CURRALINHO (TJPA)		
VARA UNICA DE GURUPA (TJPA)		
VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ (TJPA)		
VARA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEL E CRIMINAL DE REDENÇÃO (TJPA)		
VARA DE CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL DE BELÉM (TJPA)		
VARA AGRÁRIA DE ALTAMIRA (TJPA)		
VARA UNICA DE MARAPANIM (TJPA)		
3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ (TJPA)		
1ª VARA CRIMINAL DE RONDON DO PARÁ (TJPA)		
VARA UNICA DE BUJARU (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE NOVO PROGRESSO (TJPA)		
VARA DE JACAREACANGA (TJPA)		
VARA UNICA DE SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA (TJPA)		
2ª VARA CIVEL E PENAL DE BRAGANÇA (TJPA)		



Destinatários	Data Leitura	Lido Por
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLOS DE RIO MARIA (TJPA) VARA UNICA DE PORTEL (TJPA) VARA UNICA DE OUREM (TJPA) VARA DO JUIZADO CÍVEL DE SANTARÉM (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLOS DE BAIÃO (TJPA) VARA UNICA DE SAO DOMINGOS DO CAPIM (TJPA) VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORRÊA (TJPA) JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE CAPANEMA (TJPA) VARA UNICA DE MOCAJUBA (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA (TJPA) 2ª VARA DA INFANCIA E JUVENTUDE DE BELEM (TJPA) 11ª VARA CRIMINAL DE BELÉM (TJPA) 2ª VARA DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA (TJPA) SECRETARIA DO FORUM (TJPA) 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM (TJPA) VARA CRIMINAL DE BARCARENA (TJPA) VARA DE JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ANANINDEUA (TJPA) 1ª VARA DE XINGUARA (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA (TJPA) VARA UNICA DE SANTANA DO ARAGUAIA (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE MARABÁ (TJPA) VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SANTARÉM (TJPA) 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL (TJPA) VARA ÚNICA DE TERRA SANTA (TJPA) 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM (TJPA) JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE ALTAMIRA (TJPA) VARA ÚNICA DE RIO MARIA (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI (TJPA) VARA UNICA DE SALINOPOLIS (TJPA) PROTOCOLO DA COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJAS (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA (TJPA) 1ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA (TJPA) 13ª VARA CRIMINAL DE BELÉM (TJPA) VARA UNICA DE SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA (TJPA) 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM (TJPA) 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM (TJPA) 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM (TJPA) VARA UNICA DE MELGAÇO (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA (TJPA) 2ª VARA DE SÃO JOÃO DE PIRABAS (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL DE BELÉM (TJPA) VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS (TJPA) 1ª VARA DA FAZENDA DE PARAUAPEBAS (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS (TJPA) 3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ (TJPA) VARA UNICA DE SAO MIGUEL DO GUAMA (TJPA) TERMO JUDICIÁRIO DE COLARES (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLOS DE PARAGOMINAS (TJPA) 12ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE CASTANHAL (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA (TJPA) VARA ÚNICA DE AFUÁ (TJPA) VARA ÚNICA DE BAIÃO (TJPA) CENTRAL DE PROTOCOLO CRIMINAL DE BELÉM (TJPA) 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO JURUNAS DE BELEM (TJPA) VARA UNICA DE FLORESTA DO ARAGUAIA (TJPA) VARA ÚNICA DE ANAPU (TJPA) VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MARITUBA (TJPA) JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ICOARACI (TJPA) VARA ÚNICA DO TERMO DE AVEIRO (TJPA) JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS (TJPA) VARA UNICA DE RONDON DO PARA (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL DE ANANINDEUA (TJPA) CENTRAL DE PROTOCOLOS DE MARABÁ (TJPA) VARA UNICA DE MUANA (TJPA) JUIZADO ESPECIAL PENAL AMBIENTAL DE MARABÁ (TJPA)		



Destinatários	Data Leitura	Lido Por
VARA UNICA DE BONITO (TJPA)		
VARA UNICA DE PRIMAVERA (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA (TJPA)		
6ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
7ª VARA CRIMINAL DE BELÉM (TJPA)		
VARA ÚNICA DE VIGIA (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ (TJPA)		
4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DE PARAUAPEBAS (TJPA)		
VARA UNICA DE SAO FELIX DO XINGU (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA (TJPA)		
VARA UNICA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA (TJPA)		
VARA UNICA SAO FRANCISCO DO PARA (TJPA)		
UNAJ DE MARABÁ (TJPA)		
VARA UNICA DE CURIONOPOLIS (TJPA)		
CENTRAL DE PROTOCOLOS DE SANTARÉM (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ABAETETUBA (TJPA)		
2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL (TJPA)		
CARTORIO DO BAIRRO DE NOVA REPUBLICA (TJPA)		
SETOR INTERPROFISSIONAL DA COMARCA DE CAPANEMA (TJPA)		
1ª PRETORIA CÍVEL DE BELEM (TJPA)		
2ª VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS (TJPA)		
9ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ (TJPA)		
3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA (TJPA)		
5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SANTA BÁRBARA (TJPA)		
2ª VARA DE XINGUARA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE RURÓPOLIS (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLOS DE REDENÇÃO (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM - ULBRA (TJPA)		
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ANANINDEUA (TJPA)		
VARA UNICA DE AURORA DO PARA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ (TJPA)		
4ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM (TJPA)		
DISTRIBUIÇÃO DA COMARCA DE CANAÃ DE CARAJAS (TJPA)		
VARA UNICA DE URUARA (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE ANANINDEUA (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL AMBIENTAL DE REDENÇÃO (TJPA)		
PROTOCOLO DE CAPANEMA (TJPA)		
VARA DO TERMO DE SANTA CRUZ (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS (TJPA)		
VARA UNICA DE GARRAFAO DO NORTE (TJPA)		
1ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM (TJPA)		
1ª VARA DE SÃO JOÃO DE PIRABAS (TJPA)		
CENTRAL DE PROTOCOLOS E DISTRIBUIÇÕES DE ITAITUBA (TJPA)		
VARA CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ (TJPA)		
CARTORIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO E NOTAS DE BANNACH (TJPA)		
VARA UNICA DE ALENQUER (TJPA)		
1ª VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS (TJPA)		
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ (TJPA)		
CENTRAL DE PROTOCOLOS DE ALTAMIRA (TJPA)		
VARA UNICA DE TOME-ACU (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLOS DE TUCURUÍ (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ (TJPA)		
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO/SUPRIDO DE MARABÁ (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE SANTARÉM (TJPA)		
11ª VARA DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM (TJPA)		
DIREÇÃO DO FÓRUM DE MARABÁ (TJPA)		
VARA AGRÁRIA DE SANTARÉM (TJPA)		
4ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
CARTÓRIO DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE (TJPA)		
CENTRAL DE PROTOCOLOS DE PARAUAPEBAS (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL DE CASTANHAL (TJPA)		
3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM (TJPA)		
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM (TJPA)		
VARA ÚNICA DE ELDORADO DO CARAJÁS (TJPA)		
VARA CRIMINAL DE MARITUBA (TJPA)		
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (TJPA)		
VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO (TJPA)		
VARA UNICA DE BRASIL NOVO (TJPA)		



Destinatários	Data Leitura	Lido Por
VARA ÚNICA DE INHANGAPI (TJPA)		
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MOSQUEIRO (TJPA)		
12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA (TJPA)		
3ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE TUCURUÍ (TJPA)		
TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES BARATA (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ABAETETUBA (TJPA)		
3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUPEBAS (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE PARAUPEBAS (TJPA)		
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
VARA ÚNICA DE BREU BRANCO (TJPA)		
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM (Antigo) (TJPA)		
VARA UNICA DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ (TJPA)		
VARA UNICA DE SALVATERRA (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE MARITUBA (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE BARCARENA (TJPA)		
VARA UNICA DE MAE DO RIO (TJPA)		
VARA DO JUIZADO CIVEL E CRIMINAL DE PARAGOMINAS (TJPA)		
VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE SANTARÉM (TJPA)		
VARA ÚNICA DE JURUTI (TJPA)		
VARA UNICA DE ANAJAS (TJPA)		
2ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA (TJPA)		
VARA CÍVEL DE NOVO PROGRESSO (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLOS DE BRAGANÇA (TJPA)		
VARA UNICA DE PRAINHA (TJPA)		
2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ (TJPA)		
GABINETE DO JUIZO - 2ª VARA (TJPA)		
1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ (TJPA)		
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CAPITAL (TJPA)		
VARA UNICA DE ITUPIRANGA (TJPA)		
VARA UNICA DE MEDICILANDIA (TJPA)		
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO IDOSO DE BELEM (TJPA)		
VARA UNICA DE PONTA DE PEDRAS (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ (TJPA)		
VARA UNICA DE TUCUMÃ (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL (TJPA)		
14ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL (TJPA)		
VARA DE PLANTÃO DE TUCURUÍ (TJPA)		
VARA UNICA DE IGARAPE-ACU (TJPA)		
CARTORIO DO TABELIONATO DE NOTAS DE TERRA ALTA (TJPA)		
1ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA (TJPA)		
TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE (TJPA)		
VARA UNICA DE SAO JOAO DO ARAGUAIA (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA (TJPA)		
10ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL (TJPA)		
8ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
1ª VARA CUMULATIVA DE CAMETA (TJPA)		
2ª VARA CUMULATIVA DE CAMETA (TJPA)		
1ª VARA PENAL (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS (TJPA)		
1ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI (TJPA)		
VARA DE PLANTÃO CRIMINAL DE BELÉM (TJPA)		
2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA (TJPA)		
5ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA (TJPA)		
VARA UNICA DE LIMOEIRO DO AJURU (TJPA)		





Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 05/04/2021 às 14:19

RECIBO DE ENVIO

Documento: PJECOR 0000860-76.2021.2.00.0814.pdf

Código de rastreabilidade: 81420211397129

Remetente: CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
LORENA SILVA DE JESUS

Data de Envio: 05/04/2021 14:15:28

Assunto: ENCAMINHO A V. EXA. OFÍCIO CIRCULAR 017/2021-CGJ E CÓPIA INTEGRAL DO PJECOR 0000860-76.2021.2.00.0814 PARA CONHECIMENTO E FINS DEVIDOS.

Destinatários	Data Leitura	Lido Por
VARA DO JUIZADO CÍVEL DE SANTARÉM (TJPA)		
VARA UNICA DE SANTANA DO ARAGUAIA (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ITAITUBA (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SALINÓPOLIS (TJPA)		
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
1ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA (TJPA)		
11ª VARA CRIMINAL DE BELÉM (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ (TJPA)		
2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLOS DE PARAGOMINAS (TJPA)		
VARA CRIMINAL DE CAPANEMA (TJPA)		
VARA CÍVEL DE NOVO PROGRESSO (TJPA)		
VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA (TJPA)		
VARA AGRÁRIA DE SANTARÉM (TJPA)		
VARA UNICA DE SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA (TJPA)		
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO/SUPRIDO DE MARABÁ (TJPA)		
1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM (TJPA)		
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO IDOSO DE BELEM (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO (TJPA)		
VARA UNICA DE TUCUMÃ (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ABAETETUBA (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL DE CASTANHAL (TJPA)		
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL/CRIMINAL DO IDOSO DE BELEM (TJPA)		
VARA UNICA DE SAO FELIX DO XINGU (TJPA)		
3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS (TJPA)		
3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA (TJPA)		
CENTRAL DE PROTOCOLOS DE ALTAMIRA (TJPA)		
12ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MUANÁ (TJPA)		
VARA UNICA DE MOCAJUBA (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE BARCARENA (TJPA)		
GABINETE DO JUIZO - 1ª VARA (TJPA)		
CENTRAL DE PROTOCOLOS E DISTRIBUIÇÕES DE ITAITUBA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE JURUTI (TJPA)		
CARTÓRIO DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE MARITUBA (TJPA)		
3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES (TJPA)		
VARA DE JACAREACANGA (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SANTA BÁRBARA (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL DE ANANINDEUA (TJPA)		
1ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI (TJPA)		
VARA UNICA DE URUARA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE GOIANÉSIA (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE NOVO PROGRESSO (TJPA)		
VARA UNICA DE BUJARU (TJPA)		
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DISTRITAL DE ICOARACI (TJPA)		
3ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM (TJPA)		
VARA UNICA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA (TJPA)		
3ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI (TJPA)		



Destinatários	Data Leitura	Lido Por
9ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA) VARA UNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA (TJPA) TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES BARATA (TJPA) VARA CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ (TJPA) 2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA (TJPA) 3ª VARA DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA (TJPA) VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MARITUBA (TJPA) 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS (TJPA) VARA UNICA DE AURORA DO PARA (TJPA) VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA (TJPA) VARA UNICA DE CURIONOPOLIS (TJPA) 2ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA (TJPA) VARA ÚNICA DE ALMEIRIM (TJPA) GABINETE DO JUIZO - 2ª VARA (TJPA) VARA UNICA DE IGARAPE MIRI (TJPA) VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MOSQUEIRO (TJPA) VARA UNICA DE LIMOEIRO DO AJURU (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE MARABÁ (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ (TJPA) 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS (TJPA) DIREÇÃO DO FÓRUM DE MARABÁ (TJPA) 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CAPITAL (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E PENAL (TJPA) VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BREVES (TJPA) VARA CRIMINAL DE BARCARENA (TJPA) JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CASTANHAL (TJPA) CENTRAL DE MANDADOS DE MARABÁ (TJPA) DIRETORIA DO FÓRUM DE PARAGOMINAS (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA (TJPA) 2ª VARA DA INFANCIA E JUVENTUDE DE BELEM (TJPA) 2ª VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E PENAL (TJPA) CENTRO JUDICIAL DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS DE PARAUAPEBAS (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA (TJPA) 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL (TJPA) VARA UNICA DE SAO DOMINGOS DO CAPIM (TJPA) 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL (TJPA) 1ª VARA DE SÃO JOÃO DE PIRABAS (TJPA) VARA UNICA DE MELGAÇO (TJPA) VARA UNICA DE CACHOEIRA DO ARARI (TJPA) 5ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA (TJPA) VARA UNICA DE MEDICILANDIA (TJPA) JUIZADO ESPECIAL (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE XINGUARA (TJPA) 1ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM (TJPA) CENTRAL DE PROTOCOLOS DE SANTARÉM (TJPA) VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ (TJPA) 3ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA (TJPA) 4ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM (TJPA) CARTORIO DO BAIRRO DE NOVA REPUBLICA (TJPA) VARA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEL E CRIMINAL DE REDENÇÃO (TJPA) JUIZADO ESPECIAL PENAL AMBIENTAL DE MARABÁ (TJPA) VARA UNICA DE BRASIL NOVO (TJPA) SETOR INTERPROFISSIONAL DA COMARCA DE CAPANEMA (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL DE BELÉM (TJPA) 14ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL (TJPA) CENTRAL DE PROTOCOLO DE NOVO PROGRESSO (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM (TJPA) VARA UNICA DE SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA (TJPA) VARA UNICA DE NOVO REPARTIMENTO (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL (TJPA) VARA CRIMINAL DE BENEVIDES (TJPA) VARA UNICA DE BONITO (TJPA) VARA ÚNICA DE FARO (TJPA) VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ (TJPA)		



Destinatários	Data Leitura	Lido Por
VARA UNICA DE ACARA (TJPA)		
VARA UNICA DE PRIMAVERA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE CONCÓRDIA DO PARÁ (TJPA)		
CENTRAL DE MANDADOS DE PARAGOMINAS (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE ANANINDEUA (TJPA)		
2ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM (TJPA)		
CENTRAL DE PROTOCOLO CRIMINAL DE BELÉM (TJPA)		
3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA (TJPA)		
1ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA (TJPA)		
2ª VARA DE SÃO JOÃO DE PIRABAS (TJPA)		
VARA UNICA DE PACAJA (TJPA)		
VARA UNICA DE OUREM (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE TUCURUÍ (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ABAETETUBA (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS (TJPA)		
VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS (TJPA)		
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLOS DE REDENÇÃO (TJPA)		
VARA ÚNICA DE VIGIA (TJPA)		
DIRETORIA DO FÓRUM DE PARAUAPEBAS (TJPA)		
VARA UNICA DE ORIXIMINA (TJPA)		
VARA UNICA DE GURUPA (TJPA)		
VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO - ALMEIRIM (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLOS DE RIO MARIA (TJPA)		
VARA DO TERMO DE SANTA CRUZ (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ (TJPA)		
5ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE ALTAMIRA (TJPA)		
VARA UNICA DE VISEU (TJPA)		
11ª VARA DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM (TJPA)		
VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORRÊA (TJPA)		
2ª VARA CUMULATIVA DE CAMETA (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E PENAL DE BRAGANÇA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE OEIRAS DO PARÁ (TJPA)		
VARA UNICA DE SANTO ANTONIO DO TAUVA (TJPA)		
VARA UNICA DE SALINOPOLIS (TJPA)		
VARA UNICA DE RONDON DO PARA (TJPA)		
1ª VARA PENAL (TJPA)		
VARA UNICA DE PORTEL (TJPA)		
VARA DE JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ANANINDEUA (TJPA)		
VARA UNICA DE IGARAPE-ACU (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE SANTARÉM (TJPA)		
VARA UNICA DE SOURE (TJPA)		
SECRETARIA DO FÓRUM DE ITAITUBA (TJPA)		
2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA (TJPA)		
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE ANANINDEUA (TJPA)		
VARA AGRÁRIA DE ALTAMIRA (TJPA)		
VARA UNICA DE MARAPANIM (TJPA)		
VARA UNICA SAO FRANCISCO DO PARA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL (TJPA)		
CENTRAL DE PROTOCOLOS DE BARCARENA (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS (TJPA)		
VARA UNICA DE PEIXE-BOI (TJPA)		
SECRETARIA DO FORUM (TJPA)		
VARA UNICA DE ULIANOPOLIS (TJPA)		
VARA UNICA DE CURRALINHO (TJPA)		
VARA UNICA DE SAO MIGUEL DO GUAMA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE ANAPU (TJPA)		
CEJUSC - CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (TJPA)		
1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ (TJPA)		
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA (TJPA)		
VARA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER DE SANTARÉM (TJPA)		
VARA UNICA DE MOJU (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL DE CASTANHAL (TJPA)		
VARA UNICA DE CAPITAO POCO (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ (TJPA)		



Destinatários	Data Leitura	Lido Por
VARA UNICA DE PONTA DE PEDRAS (TJPA)		
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM (Antigo) (TJPA)		
6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM (TJPA)		
VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE SANTARÉM (TJPA)		
VARA UNICA DE ALENQUER (TJPA)		
VARA CRIMINAL DE MARITUBA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE OURILÂNDIA DO NORTE (TJPA)		
5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA (TJPA)		
1ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA (TJPA)		
VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ (TJPA)		
CARTORIO DO TABELIONATO DE NOTAS DE TERRA ALTA (TJPA)		
VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE MARABÁ (TJPA)		
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO JURUNAS DE BELEM (TJPA)		
VARA UNICA DE SAO JOAO DO ARAGUAIA (TJPA)		
VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO (TJPA)		
TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLOS DE TUCURUÍ (TJPA)		
11ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI (TJPA)		
VARA ÚNICA DE TERRA SANTA (TJPA)		
VARA UNICA DE JACUNDA (TJPA)		
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
VARA ÚNICA DE SANTA LUZIA DO PARÁ (TJPA)		
1ª VARA DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA (TJPA)		
3ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ (TJPA)		
VARA ÚNICA DE RURÓPOLIS (TJPA)		
4ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL AMBIENTAL DE REDENÇÃO (TJPA)		
3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ (TJPA)		
CARTORIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DO MUNICIPIO DE QUATIPURU (TJPA)		
2ª VARA DE XINGUARA (TJPA)		
CENTRAL DE PROTOCOLOS DE PARAUAPEBAS (TJPA)		
DISTRIBUIÇÃO DA COMARCA DE CANAÃ DE CARAJAS (TJPA)		
VARA UNICA DE TAILANDIA (TJPA)		
3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ (TJPA)		
VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SANTARÉM (TJPA)		
2ª VARA DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE TUCURUÍ (TJPA)		
VARA UNICA DE PORTO DE MOZ (TJPA)		
VARA UNICA DE DOM ELIZEU (TJPA)		
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES (TJPA)		
1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA (TJPA)		
VARA ÚNICA DO TERMO DE AVEIRO (TJPA)		
2ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI (TJPA)		
1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL (TJPA)		
VARA ÚNICA DE ELDORADO DO CARAJÁS (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ALTAMIRA (TJPA)		
2ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
8ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA)		
VARA UNICA DE PRAINHA (TJPA)		
VARA UNICA DE MONTE ALEGRE (TJPA)		
VARA ÚNICA DE INHANGAPI (TJPA)		
VARA AGRÁRIA DE MARABÁ (TJPA)		
VARA UNICA DE ANAJAS (TJPA)		
3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM (TJPA)		
1ª VARA DE XINGUARA (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ICOARACI (TJPA)		
VARA UNICA DE FLORESTA DO ARAGUAIA (TJPA)		
VARA DE PLANTÃO CRIMINAL DE BELÉM (TJPA)		
10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL (TJPA)		
JUIZADO ESPECIAL PENAL DE ALTAMIRA (TJPA)		
2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL (TJPA)		
CENTRAL DE PROTOCOLOS DE MARABÁ (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA (TJPA)		
13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL (TJPA)		
VARA UNICA DE GARRAFAO DO NORTE (TJPA)		
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ (TJPA)		
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (TJPA)		
UNAJ DE MARABÁ (TJPA)		
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA (TJPA)		



Destinatários	Data Leitura	Lido Por
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLOS DE BRAGANÇA (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS (TJPA) VARA UNICA DE MARACANA (TJPA) VARA UNICA DE CURUÇA (TJPA) VARA ÚNICA DE RIO MARIA (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL (TJPA) VARA UNICA DE TOME-ACU (TJPA) 1ª VARA CUMULATIVA DE CAMETA (TJPA) 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ (TJPA) 7ª VARA CRIMINAL DE BELÉM (TJPA) CAM. ESPEC. REUNIDA CRIMINAL (TJPA) VARA UNICA DE ITUPIRANGA (TJPA) JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E PROTOCOLOS DE BAIÃO (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM (TJPA) PROTOCOLO DA COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJAS (TJPA) VARA UNICA DE MUANA (TJPA) VARA UNICA DE ÓBIDOS (TJPA) JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BRAGANÇA (TJPA) 1ª VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS (TJPA) VARA UNICA DE IRITUÍ (TJPA) CARTORIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO E NOTAS DE BANNACH (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE CAPANEMA (TJPA) JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE CAPANEMA (TJPA) 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA) 13ª VARA CRIMINAL DE BELÉM (TJPA) VARA UNICA DE SALVATERRA (TJPA) JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM - ULBRA (TJPA) PROTOCOLO DE CAPANEMA (TJPA) 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ALTAMIRA (TJPA) 1ª PRETORIA CÍVEL DE BELEM (TJPA) CENTRAL DE PROTOCOLOS DE XINGUARA (TJPA) VARA DO JUIZADO CIVEL E CRIMINAL DE PARAGOMINAS (TJPA) VARA DO TERMO DE ABEL FIGUEIREDO (TJPA) 10ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL (TJPA) 1ª VARA DA FAZENDA DE PARAUAPEBAS (TJPA) VARA DE CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL DE BELÉM (TJPA) VARA UNICA DE SANTAREM NOVO (TJPA) 1ª VARA CRIMINAL DE RONDON DO PARÁ (TJPA) 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA (TJPA) VARA ÚNICA DE BREU BRANCO (TJPA) VARA DE PLANTÃO DE TUCURUÍ (TJPA) 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA (TJPA) VARA AGRÁRIA DE REDENÇÃO (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL (TJPA) 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM (TJPA) VARA ÚNICA DE AFUÁ (TJPA) VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM (TJPA) CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE PARAUAPEBAS (TJPA) VARA ÚNICA DE BAIÃO (TJPA) SECRETARIA DA VARA CÍVEL E CRIMINAL DISTRITAL DE MOSQUEIRO (TJPA) VARA CRIMINAL DE NOVO PROGRESSO (TJPA) TERMO JUDICIÁRIO DE COLARES (TJPA) VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA (TJPA) 2ª VARA CÍVEL E PENAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (TJPA) JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DE PARAUAPEBAS (TJPA) VARA UNICA DE MAE DO RIO (TJPA) JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DE SANTARÉM (TJPA)		



Imprimir

